

O que é a lingüística cognitiva?

What is cognitive linguistics?

Fernanda Cunha Sousa¹

RESUMO: Este trabalho busca esclarecer quais são os princípios da Lingüística Cognitiva, e mais especificamente sobre a Lingüística Sociocognitiva. As bases teóricas desta sobre a aquisição da linguagem são opostas às de outras correntes de acordo com seus diferentes fundamentos. São apontadas também áreas como a Biologia e a Antropologia, que mantêm forte diálogo com a Sociocognição, reforçando a idéia sobre o valor do dado cultural para a aquisição e conseqüente desenvolvimento da linguagem, além da importância destes para a evolução humana.

PALAVRAS-CHAVE: Cognitivismo. Evolução. Cultura. Comunicação. Linguagem.

ABSTRACT: this project searches to clarify the values of Cognitive Linguistic, and more specifically about sociocognitive linguistic. Its theoretical bases about language acquisition are opposite to other streams according to their different fundaments. Areas, such as Biology and Antropology, which maintain strong dialog with Sociocognition are also sighted, reinforcing the idea about the value of the culture datum for the acquisition and consequent development of language, besides their importance for the human evolution.

KEYWORDS: Cognitivism. Evolution. Culture. Communication. Language.

Introdução

A Lingüística é uma ciência nova, se comparada a outras áreas de estudos, mas com uma tarefa grandiosa a cumprir: explicar (entre outros ramos) como se dá a aquisição e o processamento da fala. Tentando dar conta dessa tarefa, surgiram e evoluíram várias correntes de estudo. Por ser uma ciência que se propõe a lidar com algo que interage com os mais diversos campos, obrigou os estudiosos dessa área a dialogar com diversas outras áreas,

¹ PG-UFJF.

na busca de reflexões desde os filósofos gregos, chegando até os modernos antropólogos, psicólogos, sociólogos e, mesmo, físicos. Isso se deve ao fato de que, para entender a comunicação humana, precisamos entender a complexa rede de informações que perpassa por essa comunicação.

Pretendemos, a seguir, explorar alguns conceitos fundamentais para uma das correntes lingüísticas que pregam o indispensável diálogo com outras áreas de estudo, fazendo, quando possível, comparações com outras correntes que também estudam esse fenômeno – ainda que em perspectivas distintas – para a melhor compreensão das contribuições do Cognitivismo (mais especificamente, o Sociocognitivismo) para a lingüística.

A questão da evolução

Para entender como o ser humano se comunica, precisamos, primeiro, entendê-lo um pouco melhor.

A ciência vem tentando explicar como os humanos, com um código genético tão próximo ao dos primatas, conseguiram se diferenciar de tal forma, estabelecendo relações tão complexas entre si e seu grupo, e com o ambiente a sua volta, sendo capazes de manipulá-lo e transformá-lo como nenhum outro animal o foi. Apesar de ser pequena a diferença percentual entre o DNA primata – menos de 4%, segundo artigo publicado no Jornal Estado de Minas (INGHAM, 2005), e 1% de acordo com Tomasello – e o humano, ela se mostrou decisiva sob outro aspecto: o homem tem um cérebro maior, a possibilidade de andar ereto sobre dois pés, habilidades lingüísticas complexas e capacidade de adaptação rápida a mudanças climáticas.

A evolução por meio da seleção natural – concepção fundamental da obra de Charles Darwin, teoria sobre a origem da adaptação, complexidade e diversidade dos seres vivos – pode nos auxiliar na reflexão sobre essa questão. Mas vale salientar que aceitar a evolução dos seres humanos a partir de primitivos primatas não implica em afirmar que os seres humanos descendem dos macacos, como se costuma divulgar simplificada e erroneamente, mas sim

que as espécies como as conhecemos hoje são resultado de repetidas ramificações de uma ancestralidade comum. Nesse processo, conhecido como "especiação", é o "princípio da divergência" (QUAMMEN, 2004).

mutações genéticas ocorrem apenas num segmento isolado de uma espécie, quando essa população se adapta a condições locais. Pouco a pouco, ela segue seu caminho, ocupando novo nicho ecológico. A certa altura, ela se torna irreversivelmente diferente;

Mas as evoluções sofridas pelo aparelho biológico não dão conta das diferenças entre homens e outros animais. É preciso recorrer, então, ao aparelho cultural. Os animais têm, assim como os homens, relações sociais, de poder e de troca, hierarquia e organização social. Então, não podemos dizer que haja propriamente uma ruptura entre as relações estabelecidas por esses grupos e pelo homem, mas sim uma evolução através de um processo gradativo.

A questão é que o homem, além disso, tem também relações culturais, simbólicas, transmite sua herança social através da educação dos filhos, possibilitando o efeito "catraca", ou seja, o avanço dos conhecimentos, ampliando as informações compartilhadas a partir daquilo que já foi transmitido anteriormente. O homem não desenvolveu habilidades inteiramente novas, mas adaptou aquelas já existentes, como as formas de lidar com ferramentas, objetos, o espaço, e com os outros indivíduos de seu grupo. Ele desenvolveu um poderoso traço interacional, que possibilitou essa troca de informações detalhadas: a linguagem. Ele é capaz de identificar o outro como seu co-específico e, a partir disso, fazer ajustes na comunicação, se reorganizar todo o tempo de acordo com o desenvolver de suas interações, além de poder partilhar intenções e ações. Esse ajuste interativo está na origem de toda aprendizagem e acúmulo cultural.

A importância da linguagem para a evolução humana

A linguagem possibilitou novos processos de acúmulo e transmissão de herança cultural, transmitindo habilidades individuais para que se tornassem

sistemas de dimensões coletivas. O homem aprende interagindo com o outro. A educação é uma verdadeira estratégia de evolução². Portanto, o que diferiu mais fortemente homens e macacos talvez não tenha sido tanto o aspecto biológico simplesmente, mas aquilo que o homem conseguiu construir, acumular e transmitir a seus iguais durante esse tempo.

Os animais também ensinam³ seus filhotes a sobreviver, a lidar com o ambiente em que vivem e a reconhecer o que lhes é prejudicial, mas só em presença desses elementos. Podemos supor, então, que o grande avanço do homem tenha sido a capacidade de referenciar em ausência. Nosso complexo sistema de comunicação nos permite fazer referência a espaços, tempo, situações diferentes daqueles presentes no momento em que se faz a enunciação.

Diante disso, não cabe mais a idéia, propagada por muito tempo, de que razão e pensamento seriam “privilégios” exclusivamente humanos, oposição entre racional e irracional. Existe uma base comum da cognição primata que pode ser reconhecida na cognição humana, como a evolução de categorias primárias. Essas habilidades se aprimoraram a ponto de se tornarem uma singularidade da espécie.

O homem compartilha com outras espécies a capacidade de lidar com o espaço físico: movimentação e manipulação do ambiente, uso de objetos, como ferramentas para obter comida ou para se defender de predadores. Também são compartilhadas noções de categoria, separando, por exemplo, o que pode servir de alimento daquilo que não pode, espécies perigosas de outras que não o são, noções de quantidade e distância de alimento, além de relações de poder dentro do grupo. Tudo isso transmitido por meio de alguma forma de comunicação – sonora, gestual, representada através de símbolos desenhados ou, mais tarde, grafados nas mais diversas superfícies.

² Vale ressaltar que educar vem do Latim *educare* e significa desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais de. Etimologia: *ex* – prep. de *abl.*: *fora de*, por meio de + *ducere* – v. trans. conduzir, guiar, levar (AZEVEDO, s/d.), ou seja, conduzir em ausência.

³ Já ensinar, do latim *insignare*, significa instruir sobre, demonstrar, apontar, mostrar. Etimologia: *in* – prep. de *abl.*: em, *durante, através de* + *signare* – v. trans. marcar ou indicar por um sinal, assinalar (AZEVEDO, s/d.), ou seja indicar através de, algo que só se faz em presença.

A faculdade da linguagem humana

Essa visão difere de outras propostas por Chomsky, Fitch e Hauser, no artigo *The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve?*, publicado na revista *Science* (2002), que defende haver um aparato biológico exclusivamente humano para o processamento das informações contidas e transmitidas por meio da fala. Os autores desse artigo se referem ao sistema computacional como FLN (Faculdade da Linguagem no sentido estrito); ao conjunto formado por esse sistema e os demais sistemas cognitivos, como FLB (Faculdade da Linguagem no sentido amplo). Haveria, portanto, uma continuidade entre humanos e animais com relação a FLB, embora FLN seja exclusivamente humano. Defendem que, por essa divisão, podemos compreender com mais clareza as características que partilhamos com os outros animais e aquelas que nos diferem, compreendendo melhor a nós mesmos e ao nosso complexo sistema de comunicação.

Considera-se a existência, nos humanos, de alguma capacidade biológica presente que nos permite dominar rapidamente qualquer idioma sem receber instruções específicas para isso, bastando a exposição a tal idioma para viabilizar seu aprendizado. Defende-se, portanto, a importância do fator biológico em detrimento do dado social e cultural que motivou o desenvolvimento da linguagem como a conhecemos hoje.

FLB inclui essa capacidade, mas exclui outros sistemas internos que também são necessários, embora não essenciais para a linguagem, como memória, respiração, circulação, etc. Já FLN é um sistema computacional lingüístico abstrato independente dos outros sistemas com os quais interage. Ele é uma parte integrante de FLB, e seus mecanismos funcionam como suportes de FLB. Isso quer dizer que, de acordo com essa concepção, ficam de fora do processo da linguagem as sensações físicas e emocionais experienciadas por nosso corpo – o que será fortemente combatido pelos cognitivistas, em virtude da importância desses fatores para justificar a estruturação de nosso pensamento por meio de processos metafóricos com base corporal.

Apesar dessa divergência, parece-nos que esses autores apontam alguns dados que, de certa forma, podem ir ao encontro de alguns pressupostos do cognitivismo, ao afirmarem que nosso sistema comunicativo possa ter evoluído, adaptando-se às necessidades que foram surgindo ao longo do tempo. Eles afirmam que, apesar de humanos e animais compartilharem diversos recursos computacionais e perceptuais, houve uma substancial remodelagem na evolução humana. Estudos comparativos sobre aspectos da cognição e da linguagem entre seres humanos e outras espécies apontam para o fato de que FLB pode ser visto como uma capacidade compartilhada com outras espécies, enquanto FLN parece ser específico do ser humano, possibilitando, portanto, essa complexa rede de comunicação própria de nossa espécie.

Mas, se a recursividade, característica definidora do módulo lingüístico, pode ser vista como tendo evoluído para solucionar questões de ordem prática e cotidiana – como a navegação e a quantificação numérica – e somente depois, para fins comunicativos, seria possível que outras espécies pudessem desenvolver essa característica, mesmo que num domínio não-comunicativo. O questionamento seria, então, por que os humanos utilizaram esse poder recursivo para criar um sistema de comunicação como o que conhecemos hoje. Hauser, Chomsky e Fitch especulam que, talvez, durante o processo evolutivo, os humanos tenham conseguido ampliar esse poder de recursividade para a resolução de outros problemas, gerando uma complexa rede de inter-relações e associações.

Essa característica não é exclusiva do domínio lingüístico, está presente também em outros domínios cognitivos. Sua evolução pode ter ocorrido por razões que não as de comunicação; mas, pela relevância que essa rede de inter-relações tem nesse domínio, impuseram-se características particulares, pelas restrições vindas dos sistemas de desempenho acionados na comunicação.

Diante disso, a especificidade atribuída à Faculdade da Linguagem precisa ser reavaliada como uma capacidade cognitiva mais geral, que pode ter sido direcionada para o campo lingüístico, pelo fato de se mostrar adequada às

imposições dos sistemas externos. Nesse ponto, também vemos uma possibilidade de ligação com o pensamento cognitivista.

Apontando para a necessidade de diálogo com outras áreas de pesquisa, os estudiosos propõem que, para haver uma melhor compreensão dos fenômenos que cercam a linguagem em suas várias formas, se faz necessário um debate teórico cada vez mais amplo entre profissionais das áreas de lingüística, antropologia, biologia e psicologia. Diálogo esse que vem sendo feito pelo Cognitivismo, buscando a contribuição de outros campos de estudo e encontrando neles muitas possibilidades de respostas sobre o funcionamento de nosso poderoso meio comunicativo.

A relação entre a linguagem e o mundo

De acordo com o pensamento dominante no Gerativismo, a criança já nasceria “conhecendo” os mecanismos possíveis das línguas: os mecanismos de uma língua específica irão aflorar apenas com a exposição a ela. Trabalha-se, pois, com a idéia de princípios universais contrapostos a parâmetros particulares a cada língua. Os parâmetros seriam a realização dos princípios de cada gramática particular. São comuns a todas as línguas as noções de verbo, sujeito e mecanismos para expressar a interrogação, por exemplo, mas cada língua trabalha essas noções de maneira particular, própria. Os princípios seriam estruturas que supostamente existiriam na gramática universal. Isso regeria todas as línguas.

Ainda de acordo com essa perspectiva, a realidade teria uma estrutura autônoma e a linguagem refletiria essa realidade. Os objetos e as relações entre eles seriam externos, já estariam prontos, independentes de quem os perceba e de como o faça. A razão iria além de nossa capacidade de percepção, e seria universal. O mundo teria uma estrutura única e completa, por isso a busca de uma verdade única. O conhecimento seria uma apreensão correta e objetiva da estrutura do real. A busca por um rigor científico baseado nesses moldes exclui os fatores que possam “atrapalhar”, “desviar” os reais objetivos

da ciência, como cultura, subjetivismo, emoção. Os discurso científico é feito até hoje por meio do discurso impessoal como reflexo dessa visão, da busca por neutralizar a presença do agente no texto, embora saibamos que essa seja uma tarefa inglória, pois a própria escolha de um assunto a ser abordado, e a forma de abordá-lo em detrimento de tantas outras à disposição, já denota uma escolha do autor.

A Sociocognição admite que a biologia é universal e se dispõe ainda a levar em consideração a força exercida pela cultura. Força essa que tem poder universal, mas dá ênfase ao poder da linguagem de criar realidades diferentes em culturas diferentes. O significado se constrói através da consideração da realidade da mente e do uso. O sentido não está inteiramente contido na linguagem, é o resultado de uma ação conjunta, construído durante a interação. Existem padrões comuns que se estruturam dentro de uma mesma comunidade. Há uma base biológica e social, construída na cultura. Temos padrões estáveis, como o domínio da memória de longo termo, que dialogam com padrões construídos no momento da comunicação. Por isso dizemos que esses padrões são estáveis, mas não estáticos. O processamento dessas informações é construído por vários momentos, situações diferentes. O corpo é o meio e o cerne para a construção desse conhecimento.

Os diferentes modelos teóricos que apresentam um viés formalista abordam a língua como um produto social exterior, anterior e superior a nós, numa visão determinista, objetivista da realidade e da linguagem. Nessa concepção, o conceito de contexto é estático; trabalha-se com contextos pré-determinados, como idade, sexo e escolaridade, que podem limitar a análise, embora devamos admitir que tais fatores podem exercer pressão sobre os usos dos falantes. De acordo com Mollica (2004), esses fatores devem ser considerados sim, mas em conjunto com fatores contextuais, como grau de informalidade e tensão discursiva. A autora defende que os padrões lingüísticos devem ser compreendidos também por sua natureza dinâmica. Conjugando a relação do falante com os produtos sociais e culturais, sua posse de bens materiais e suas expectativas em relação ao futuro, com as variáveis mais convencionais, pode-se chegar a variáveis mais refinadas que permitam

detectar tendências a divergências no interior da mesma comunidade de fala, o que, de acordo com a pesquisa a ser desenvolvida, tem sua relevância garantida.

Portanto, se não podemos negar a importância da vivência social na construção da linguagem, não podemos também negar a importância de se levar em conta os fatores extralingüísticos na construção do discurso do indivíduo. Pois, já que cada elemento do grupo social trabalha com os padrões sociais de uma maneira particular, de acordo com suas vivências, não podemos negar que pessoas que compartilhem dados como os acima citados compartilhem maneiras de lidar com os eventos, e os expressem em virtude de experiências semelhantes.

É claro que não podemos fazer disso um "leito de Procusto", mas devemos admitir que semelhanças entre as falas não devem ser ignoradas, principalmente se quisermos entender como esses subgrupos processam informações que perpassam não só por eles, mas pelo grupo maior da sociedade constituído por vários outros subgrupos, como será o diálogo entre eles e o que de seus locutores passará para o discurso em diferentes contextos discursivos e em diferentes momentos de sua vida.

Retomando a reflexão sobre o conceito de contexto para os cognitivistas, temos a proposição de que a realidade existe, mas não independe de nós. O modo como a percebemos depende de nossa contingência biológica e cultural, além de nossa cognição. Somos capazes de criar um mundo através da linguagem, perspectivar esse mundo, criar hipóteses e transportar o outro para dentro do mundo criado, além de podermos referenciar em ausência, expressar noções de passado e futuro. É a contingência biológica que determina a percepção, a categorização dessa realidade. A experiência é base para o conhecimento, o contexto participa da construção da linguagem. Está quebrada a dualidade entre mente e corpo, cultura e biologia. É nessa mescla que se constitui a singularidade da espécie humana e, dentro da espécie, a singularidade de culturas diferentes, que lidam com o mundo de forma diferente e se comunicam de formas distintas.

O processamento da linguagem

Por algum tempo, os estudos sobre a linguagem guiaram-se pela idéia de que o cérebro humano possuiria áreas específicas para a fala. As duas regiões relacionadas ao desenvolvimento da fala seriam a área de Broca, no hemisfério esquerdo do cérebro, responsável pela coordenação entre os músculos da boca, língua e laringe, ou seja, pela fonética e fonologia, e a área de Wernicke, no hemisfério direito, responsável pela estruturação e sentido da linguagem, ou seja, pela semântica. Assim, a linguagem seria organizada pelos padrões neurais da área de Wernicke e emitida de acordo com o controle exercido pela área de Broca. Ter esse aparato seria a condição suficiente para desenvolver a linguagem, inata em nós.

A negação absoluta do inatismo é uma imprudência. Mas não devemos pensar que as especificidades da mente são modulares. Os domínios não permanecem totalmente separados, como se estivessem agrupados em caixas distintas, com funções independentes. Há uma inter-relação entre inatismo e interação. Temos, de fato, áreas com funções predominantemente comunicativas, mas que não são as únicas responsáveis por todo o processamento de informações.

Enquanto os formalistas trataram em separado as questões ligadas ao campo da sintaxe, da semântica e da pragmática, os cognitivistas, buscando uma coerência com suas teses antimodularistas, defendem que há uma continuidade entre léxico e gramática, semântica e pragmática, ou seja, um pareamento entre forma e sentido para se chegar à construção do significado. O processamento da linguagem humana não é linear, mas multidirecional, um verdadeiro sistema com redes de informação interligadas. Por isso, para melhor compreender seu funcionamento, devemos trabalhar conjuntamente com dados vindos desses campos. Temos áreas cerebrais que são predominantemente responsáveis pelas funções ligadas à linguagem, mas não só essas áreas estão envolvidas no processo. Elas se relacionam com outras ligadas a nossos sentidos básicos para expressar reações, sensações e emoções ligadas aos eventos pelos quais passamos.

De acordo com o Formalismo, teríamos consciência dos processos que estariam acontecendo em nossa mente durante a produção da linguagem. A partir dessa consciência, poderíamos separar os vários estágios desse processo até chegar às suas partes mínimas constitutivas, que poderiam ser estudadas exaustivamente para a melhor compreensão do todo, numa visão modular atomística. Somando essas partes mínimas, teríamos o processo completo.

Mas o resultado do processo vai além da soma de suas partes, que, em interação, formam um conjunto mais rico que a análise de cada uma delas em separado, embora cognitivamente o todo seja mais simples que a soma das partes. A percepção do conjunto é mais simples que a captação de todas as partes que o compõem, embora o conjunto contenha maior complexidade de significado que a soma de suas partes. Não se deve negar a composicionalidade envolvida, há princípios de composição na língua e esses não podem ser desprezados, mas eles não dão conta de esclarecer toda a riqueza do fenômeno. O sentido não está na lógica da proposição de verdade.

O grupo formalista vê a linguagem de maneira matemática. A língua é um conjunto limitado de elementos (signos) com possibilidades combinatórias infinitas. A criatividade expressiva seria uma propriedade formal da linguagem. Unicamente pelo fato de ser possível segmentar o signo lingüístico e reutilizar suas partes em arranjos diferentes é que poderíamos produzir novos lexemas e novas seqüências sintáticas com possibilidades infinitas.

Para a cognição, a língua é resultante da junção de fatores ligados aos domínios de nossa biologia, cultura e imaginação. Não produzimos novas formas apenas pelo fato de isso ser possível, mas porque elas são exigidas por nossas necessidades comunicativas, para expressar as situações ou os sentimentos pelos quais passamos, para explicar o que está a nossa volta. Diante disso, talvez possamos começar a refletir melhor sobre o motivo pelo qual diferentes povos indígenas tendem a apresentar mitos semelhantes para explicar a criação do homem e do universo, ou a divisão entre dia e noite, por exemplo. Talvez culturas que se relacionem de maneira semelhante com o ambiente que as cerca, tendam a pensar de forma semelhante sobre os fenômenos que fazem parte de seu cotidiano e a ter visões semelhantes sobre

a natureza, ou ainda, a apresentarem semelhanças em suas estruturas lingüísticas. O conhecimento dessas culturas, e de como seus membros observam e explicam o mundo a seu redor, nos desperta a percepção de sua alteridade, o reconhecimento de sua identidade como comunidade (RAFFAINI, 2004). Não temos aqui a intenção de fechar esse questionamento, mas não podemos deixar de admitir as reflexões suscitadas.

A linguagem de cada grupo social reflete sua forma de categorizar o mundo

A linguagem de cada comunidade vai sendo moldada de acordo com sua maneira de categorizar e construir o mundo, de focalizar e significar os eventos no mundo, assim como as diferentes formas de comunicação encontradas por diferentes povos ao longo da evolução humana. Um bom exemplo disso é o surgimento da escrita, um meio de fixar o pensamento e o conhecimento construído através dele e difundi-los através do tempo e do espaço para outros membros da comunidade, ou até para membros de comunidades distintas, auxiliando no processo contínuo de construção e difusão dos mais diversos saberes humanos, que vão desde instruções mais “concretas” sobre caça até discussões filosóficas sobre nossa própria existência.

Poderíamos ver, talvez, certa relação entre a hipótese sobre o surgimento e desenvolvimento da fala, indo do mais concreto para o mais abstrato, e o desenvolvimento posterior da escrita, que também teria passado por esse “caminho” – que parte daquilo que seria mais palpável para alcançar o que não o é. Os primeiros desenhos, esboços do que mais tarde se chamaria de pictogramas, serviam para facilitar os cálculos, diferenciados conforme aquilo que pretendiam representar por figuras simples. A escrita surgiu na Mesopotâmia como um

prolongamento e instrumento de contabilidade, uma ajuda contra as falhas de memória ante os movimento incontáveis de bens de consumo e de uso, numa região famosa pela produtividade e pela complexidade econômica. (...) seus caracteres remetiam diretamente às “coisas” e não às “idéias” que delas se fazia (BOTTÉRO, N. 6).

Esses caracteres estabeleciam uma relação mais direta com as coisas que pretendiam representar, talvez assim como nossos primeiros “passos” com a linguagem.

A escrita propriamente dita surgiu quando se considerou que essas imagens poderiam ser usadas para representar uma idéia (alcançar e representar domínios mais abstratos). Era preciso, então, sistematizar e uniformizar essas representações. Como seria praticamente impossível representar de forma concreta todos os objetos do pensamento e do ambiente, como se fez com representações da cabeça, mão, pé, o pênis do homem, o triângulo pubiano da mulher, animais e etc, foi preciso fazer uma escolha que não atrapalhasse a maior possibilidade de significação. Com uma marca, os inventores da escrita

particularizavam o valor de um único e mesmo esboço. Por exemplo, sublinhando com um traço o local da boca na imagem da cabeça. (...) o *pé* do homem bastava para evocar não somente a *marcha*, mas o *estar de pé*, o *transporte*, a *estrela* simboliza o *céu*, inclusive *tudo aquilo que está no alto, superior*, até mesmo o *sobrenatural* (RAFFAINI, 2004).

Podemos ver nisso uma espécie de metonímia, defendida pelo cognitivismo como uma forma de estruturação de nosso pensamento; portanto, nada mais natural que representá-lo também de forma metafórica e metonímica, seja na linguagem oral seja na escrita. Não nos delongaremos nas teorias sobre a história evolutiva da escrita, mas não resta dúvida de quanto seja interessante localizar essas semelhanças com a história de nossa linguagem de uma forma mais geral; tudo isso se desenvolvendo de acordo com as necessidades cotidianas de cada comunidade.

A fala de cada indivíduo dentro da comunidade pode dar ainda pistas de como ele se relaciona com os padrões gerais vigentes em seu grupo. Padrões esses que frisamos: são estáveis, não estáticos. Por meio de um código partilhado, conseguimos comunicar nossas visões particulares em momentos distintos. As estruturas estáveis podem ser reinterpretadas de acordo com a atividade interativa em questão. Construir uma significação exige levar em conta o recorte social e interacional.

Em situações interacionais diferentes, somos pessoas com identidades diferentes. No trabalho, com amigos ou em família, lidamos com projeções distintas e defesas de face. Então, a mesma frase dita por pessoas diferentes com as quais mantemos relações distintas, não terá a mesma significação. De acordo com a carga emocional daquelas relações, o mesmo enunciado pode ser interpretado como uma simples brincadeira, mas também como uma provocação ou ofensa. Conclui-se, portanto, que o significante não contém todo o significado; precisamos contar com a construção deste a partir do contexto de uso.

A potencialidade da linguagem

O que nos ajuda a perceber melhor essas possibilidades de diferentes interpretações sobre os enunciados é o princípio de escassez da forma lingüística, segundo o qual o significante é apenas uma “pista suscitadora das tarefas semântico-cognitivo-sociais da linguagem” (MIRANDA, 2002). Essa insuficiência do significante é bem ilustrada por metáforas como a do mapa – segundo a qual o mapa (assim como o significante) não contém tudo, as coisas (assim como o significado) estão apenas sinalizadas – e do *iceberg* – que ilustra que a parte desse elemento submersa (assim como o sentido) é muito maior do que aquilo que podemos ver (da mesma forma que acontece com o significante). Os processos de significação são apenas apontados pelo significante, mas, frise-se que isso não preconiza uma semiose ilimitada, com interpretações totalmente livres (MIRANDA, 2005).

Há uma infinitude na potencialidade da linguagem, mas não é uma mera manipulação de formas. A infinitude da linguagem está nas inúmeras possibilidades de perspectivização das cenas, dos acontecimentos de acordo com a visão do falante sobre aquilo, e não num sentido matemático. A linguagem é fortemente marcada pela perspectivização e pela intersubjetividade, ou seja, propriedade dos signos lingüísticos de serem

socialmente partilhados de modo a guiarem as inferências sobre as intenções comunicativas do interlocutor (MIRANDA, 2005).

Os limites para a formação de novos lexemas e novas seqüências sintáticas são dados pela cultura, pela necessidade de interação sobre determinados eventos. A linguagem de cada grupo evolui de acordo com sua necessidade comunicativa. Ela tende a ser econômica; construímos e mantemos em uso somente formas com as quais iremos trabalhar, que serão produtivas em nossa comunicação. Não há uma previsibilidade matemática das formas que serão construídas, elas surgem e se fixam na comunidade de acordo com a valoração que suas partes têm para aquele grupo. Novos lexemas são mais do que somente fórmulas do tipo: Prefixo (s) + morfema lexical (+/-elemento de ligação) + sufixo (s) (+/- vogal temática) (+/- morfemas flexionais) para nomes ou T (R + VT) + (DMT + DNP) para verbos (KOCH, 1995). Há muitos juízos de valor envolvidos. Esses juízos podem se alterar de grupo para grupo ou mesmo dentro de um mesmo grupo, de geração para geração, de acordo com suas vivências.

A importância da experiência

Para o Formalismo, a performance e a experiência existem, mas são periféricas, subfocalizadas. Seu foco está na competência, no universal. A criança já nasce com padrões que são gerais e depois, em contato com determinada língua, faz os recortes pertinentes nesses padrões. É a metáfora de que as crianças nasceriam com um dispositivo como um interruptor no meio, nem ligado nem desligado. A partir da exposição a determinada língua, esse interruptor ligaria ou desligaria para determinadas características dessa língua. No caso do Inglês, por exemplo, ela "ligaria" a noção da posição de sujeito sempre preenchida por um nome ou pronome. O mesmo não aconteceria no caso da exposição ao Português, que admite sujeito oculto referencial e oração sem sujeito.

O argumento básico de Chomsky é de que, num tempo bastante curto (mais ou menos dezoito a vinte e quatro meses), a criança, que é exposta normalmente a uma fala precária, fragmentada, cheia de frases truncadas e incompletas, é capaz de dominar um conjunto complexo de regras ou princípios básicos que constituem a gramática internalizada do falante, ou seja, a produção realizada pela criança num espaço de tempo relativamente curto é muito mais rica e abrangente do que o *corpus* a que foi exposta até o momento. Ela experimenta novas construções, cria sentenças que vão além dos estímulos recebidos. Esse argumento é chamado de pobreza de estímulo.

O problema lógico é saber como a linguagem pode ser aprendida, se a criança pode contar apenas com as “migalhas” de fala ouvidas por elas, o que não fornece pistas suficientes para o estado final da língua a ser aprendida. Este é também chamado de problema lógico da aquisição de linguagem. Como as crianças aprendem uma língua se não têm informação suficiente para a tarefa? A resposta do gerativismo é que trazem uma enorme quantidade de informações a que Chomsky chamou de gramática universal, uma caracterização desses princípios inatos, biologicamente determinados, que constituem componente da mente humana – a faculdade da linguagem – e que vão aflorando à medida que a criança é exposta à língua e começa a observar e a “experimentar”, testar as formas de se comunicar com os que convivem em seu ambiente.

Os cognitivistas defendem que a experiência humana não é periférica, mas fundamental para a cognição. Esse é um dado social, cultural, interacional. Não há como dissociar biologia e cultura humanas. A cognição é situada de acordo com nossas vivências, por isso as diferenças comportamentais entre gerações diferentes. A atividade interpretativa está diretamente ligada ao caráter social da cognição e do sujeito, que age construindo uma identidade e conhecimentos por meio da interação e da projeção entre domínios.

Conclusão

Para a Linguística Cognitiva contemporânea, a projeção entre os domínios se dá por intermédio dos três “Is”: identidade, integração e imaginação. Por essa mescla se formam as redes de integração, nas quais um domínio age sobre o outro, gerando novos domínios. A cognição é um conjunto de modos ou sistemas, e a linguagem é um desses modos – e não um módulo autônomo. Os três “Is” estão presentes em todas as capacidades cognitivas. Existe uma interação entre a linguagem e os outros modos da cognição para que o conhecimento se processe. O Cognitivismo vai buscar uma visão em que razão e emoção trabalham juntas na perspectivização de nossa realidade, na forma como nos relacionaremos com o mundo a nossa volta.

Somos “bichos” culturais. A cultura molda a língua dos povos, há transformação das línguas através dos tempos de acordo com a mudança de conceitos desses povos, do contato com outras culturas. Isso se encaixa na visão abrangente da importância da experiência, não só corporal mas também social, para a linguagem. Importância essa que é defendida pela Sociocognição.

A relação do homem com o mundo muda de geração para geração, de cultura para cultura. Um dos problemas apontados pelos estudiosos da literatura é o da inocência (ou ambição?) de quereremos analisar os antigos clássicos da literatura sem nos distanciarmos minimamente de nossa visão de mundo. Se não fazemos isso, surgem, por exemplo, defesas ardorosas do feminismo presente na Eneida, de Virgílio, na passagem sobre a rainha Dido – um conceito muito discutido hoje, mas simplesmente inexistente na época. Ou seja, acabamos vendo nessas obras, não o valor que tinham em seu tempo, mas aquilo que queremos ver agora. O que nos permite concluir que nossa cognição é situada no tempo e no espaço, e precisa ser vista como tal. Ter consciência disso nos ajuda a perceber melhor o quanto tentar compreender esse fenômeno tão familiar pode ser tão complexo e mostrar tanto de nós mesmos.

Referências

- AZEVEDO, Fernando de. *Pequeno dicionário latino-português*. 8ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.
- BOTTÉRO, Jean. O nascimento da escrita. *História Viva*, São Paulo, n.6, Editora Duetto. Edição Especial s/d
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- GENTILE, Paola. A antropologia é útil na escola. *Nova Escola*. São Paulo, Editora Abril, n.169, jan./fev. 2004.
- HAUSER, M., CHOMSKY, N. & FITCH, W. T. (2002) The Faculty of Language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, n. 298, p. 1569-1579, s/d.
- INGHAM, Richard. ONU alerta que os símios estão com os dias contados. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 2 de setembro de 2005.
- KOCH, Ingedore G. V.; SILVA, Maria Cecília P. S. e. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MELLO, Guiomar Namó de. Aprendizagem significativa: saberes que ficam no coração. *Nova Escola*, Editora Abril, São Paulo, n.177, nov. 2004.
- MIRANDA, Neusa Salim. O caráter partilhado da construção da significação. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, EDUFJF, p. 57-81, 2002.
- MOLLICA, Maria Cecília. Relevância das variáveis não linguísticas. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- QUAMMEN, David. Darwin estava errado? *National Geographic*. Editora Abril, São Paulo, ano 5- n. 55, nov. 2004.
- RAFFAINI, Patrícia. Pluralidade cultural. *Nova Escola*. Editora Abril, São Paulo, n. 170, março, 2004.
- TOMASELLO, Michael. Capítulo 1, Um enigma e uma hipótese; Capítulo 7, Cognição Cultural. In: TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da cognição humana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.
- VIRGÍLIO, Eneida; trad. David Jardim Júnior: Ediouro Publicações S.A. 11ª edição. Rio de Janeiro. s/d.